

<http://dx.doi.org/10.48099/1982-2537/2024v18n1p7691>

**Reações de Micro e Pequenas Empresas da Região Metropolitana de Florianópolis à
Pandemia do Novo Coronavírus***

*Reactions of Micro and Small Businesses in the Metropolitan Region of Florianópolis to
the New Coronavirus Pandemic*

Bianca Machado

Universidade Federal de Santa Catarina

Bianca13machado@hotmail.com

Paula de Souza Michelin

Instituto Federal de Santa Catarina

paula.michelon@ifsc.edu.br

Alcindo Cipriano Argolo Mendes

Universidade Federal de Santa Catarina

alcindo.ufsc@gmail.com

Resumo

Este trabalho teve como objetivo verificar como as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) da Região Metropolitana de Florianópolis estão reagindo economicamente na situação provocada pelo novo coronavírus. Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário enviado a gestores de 150 empresas, com retorno de 48 delas. Foram formuladas 31 questões com base na pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) sobre as ações que estas adotaram com o surgimento da pandemia. A estatística descritiva com abordagem quantitativa foi aplicada sobre os resultados, visando melhorar a base das discussões. Os resultados encontrados mostram que as MPEs participantes da pesquisa foram afetadas economicamente, sobretudo no que se refere à redução no lucro e ao aumento dos custos. Medidas emergenciais disponibilizadas pelo governo foram bastante utilizadas e, como forma de dar continuidade a atividade empresarial, houve aumento no índice de utilização do *home office*. Este estudo contribui para as discussões sobre MPEs, podendo servir de base para novas pesquisas sobre o tema e ajudar na compreensão sobre a reação em momento de crise. Ademais, traz contribuições práticas ao auxiliar gestores no entendimento das principais perspectivas desencadeadas por uma crise econômica, bem como seus impactos.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas; Coronavírus; Crise de saúde; Pandemia.

Abstract

This work aims to verify how Micro and Small Businesses (MPEs) in the Metropolitan Region of Florianópolis are reacting economically in the situation caused by the new coronavirus. Data were collected through the application of a questionnaire sent to managers of 150 companies, with feedback from 48 of them. Thirty-one questions were formulated based on a survey carried out by the Brazilian Support Service for Micro and Small Enterprises (SEBRAE) on the actions they took with the emergence of the pandemic. Descriptive statistics with a quantitative approach was applied to the results, aiming to

* Recebido em 07 de junho de 2021, aprovado em 15 de março de 2024, publicado em 19 de agosto de 2024.

improve the basis for discussions. The results found show that the MSEs participating in the research were economically affected, especially with regard to the reduction in profit and the increase in costs. Emergency measures provided by the government were widely used and, as a way to continue business activity, there was an increase in the rate of use of the home office. This study contributes to discussions about MSEs and can serve as a basis for further research on the subject and help in understanding the reaction in times of crisis. Furthermore, it brings practical contributions to assist managers in understanding the main perspectives triggered by an economic crisis, as well as its impacts.

Keywords: Micro and Small Businesses; Coronavirus; Health Crisis; Pandemic.

1 Introdução

No ano de 2020 o mundo foi atingido por uma pandemia causada pelo novo coronavírus (Ministério da Saúde, 2020). Tal acontecimento provocou um cenário de crise econômica no Brasil devido ao isolamento social, estabelecidos como tentativa de minimizar os danos causados à saúde da população e ao sistema de saúde pública do país. O ocorrido forçou as empresas a repensarem as estratégias gerenciais e a buscarem formas para se adaptarem a essa conjuntura.

Crises de saúde ocorridas em anos anteriores afetaram o Produto Interno Bruto (PIB) mundial e provocaram impactos diversos por anos (Medici, 2020). Mesmo com experiências já vivenciadas em outras epidemias, a nova doença traz impactos econômicos sem precedentes, sobretudo às Micros e Pequenas Empresas (MPEs). Segundo o Sebrae (2020), mais de 500 mil MPEs já fecharam durante a pandemia. Também é destacado pelo Sebrae que muitas destas já se encontravam em situação financeira frágil, o que causou menor poder de reação no momento da pandemia.

A quantidade de MPEs corresponde a cerca de 99% do total de estabelecimentos que atuam no Brasil, sendo uma importante fonte de renda para microempresários (Sebrae, 2018). A atuação delas na economia garante a livre concorrência, que em consequência garante menores preços e maior qualidade. Com a atividade econômica reduzida, gera impacto direto no consumo e na concorrência, fazendo com que esta garantia se fragilize. Além disso, as MPEs possuem um potencial de sobrevivência menor do que as médias e grandes empresas, absorvendo, portanto, uma consequência de maior relevância em uma crise (Santos, 2020).

Devido às dificuldades em permanecer atuantes no mercado, o governo adotou medidas para reduzir o impacto causado nas MPEs. As empresas, por sua vez, poderiam utilizar novos métodos de trabalho para se ajustarem às mudanças que estão ocorrendo em consequência da crise. Um exemplo a ser citado é o trabalho remoto (*home office*), que além de trazer maior segurança aos colaboradores, pode ser uma nova tendência pós pandemia, como uma das possíveis evoluções tecnológicas, sendo capaz realizar as atividades em casa ou em qualquer ambiente, dispondo de tecnologia necessária para a execução. Quanto às medidas, foi possibilitada a redução até na carga horária de trabalho até na metade, acompanhada de redução proporcional do salário, conforme publicação do Decreto n. 10.470/20 de 24 de agosto de 2020, a facilitação para operações de crédito conforme Medida Provisória n. 958 de 24 de abril de 2020, além de muitas outras medidas com intuito de ajudar os pequenos negócios a sobreviverem à crise (Brasil, 2020a; 2020b).

A região Metropolitana de Florianópolis é um importante polo comercial de MPEs no estado de Santa Catarina. A cidade de Florianópolis possui uma população estimada de 508.826 pessoas, de acordo com dados do IBGE (2020). Durante o período de pandemia, a região foi severamente atingida pela crise devido às dificuldades de implementação das regras sanitárias. Com restrições ao turismo, do qual possuía intenso movimento, a cidade de Florianópolis – considerada capital turística do Mercosul – teve seu comércio fortemente

impactado (PMF, 2020). Dessa forma, esta pesquisa possui como objetivo verificar como as Micro e Pequenas Empresas da Região Metropolitana de Florianópolis estão reagindo na atual situação provocada pelo novo coronavírus.

Foram coletados dados como os maiores aumento de gastos e as principais ações tomada pelos gestores no início da crise. Por meio de estatística descritiva e análises de frequência, este estudo contribui com as discussões sobre decisões gerenciais tomadas pelos gestores das MPEs no momento da crise. Ademais, traz importantes contribuições práticas, auxiliando gestores de MPEs no entendimento das principais ações em função da crise econômica e seus impactos.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Micro e Pequenas Empresas

De acordo com a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, caracteriza-se como microempresa a que atinge receita bruta no ano calendário de 12 meses igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Para enquadrar-se em Empresa de Pequeno Porte, a receita deverá ser superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (Tavares & Mário, 2018). Existe também a classificação de porte de acordo com a quantidade de funcionários, como apresenta a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Definição de porte de estabelecimentos segundo o número de empregados

Porte	Comércio e Serviços	Indústria
Microempresa (ME)	Até 9 empregados	Até 19 empregados
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	De 10 a 49 empregados	De 20 a 99 empregados
Empresa de Médio Porte	De 50 a 99 empregados	De 100 a 499 empregados
Grandes Empresas	100 ou mais empregados	500 ou mais empregados

Fonte: Sebrae (2013, p. 17).

No Brasil, as MPEs contribuem de maneira considerável para a economia, ajudando no desenvolvimento social, na redução da pobreza e no crescimento econômico. Geram em média 54% dos empregos formais e correspondem a 27% do PIB nacional (Sebrae, 2018). Apesar de sua significância no país, os pequenos negócios possuem diversos desafios. Além da alta carga tributária e da dificuldade de acesso ao crédito, muitos dos pequenos negócios são compostos por familiares que não possuem conhecimento técnico e gerencial, o que pode provocar em ausência de busca pela modernização e falta de planejamento, sendo esses fatores influenciáveis no tempo de sobrevivência das empresas (Jacomete, 2018).

Por conseguinte, quando houve uma redução na atividade das MPEs, ocorreu um desequilíbrio econômico, disseminando essas ocupações entre as médias e grandes empresas que, pela falta de concorrência, podem produzir com qualidade inferior e preços elevados, prejudicando os consumidores de modo geral (Santos, 2020).

2.2 Crise de Saúde Pública

A pandemia não é uma experiência nova para a humanidade e está presente há milhares de anos. As explicações científicas incluem possíveis novas mutações no genoma bacteriano ou viral, levando à infatigabilidade da epidemia (Nayak, Belle & Nayak, 2020). O vírus influenza, por exemplo, foi responsável por pelo menos 3 pandemias, com impacto econômico que afetou 0,5% do PIB mundial, sendo de aproximadamente US\$ 40 bilhões entre 2002 e 2020. Cerca de doze países sofreram desastres macroeconômicos baseados na queda do PIB e oito sofreram desastres similares baseados na queda do consumo (Medici, 2020). Com a influenza no Brasil, foram implementadas diversas medidas de barreiras, intensificação de campanhas de vacinação e ações visando a proteção da agroindústria do

país, bem como a liberação de crédito junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e demais órgãos para recomposição do capital de giro. Foram criados convênios para fortalecer as atividades econômicas das regiões que mais sofreram com a epidemia (Nassif, 2020).

A gripe suína, também tida como uma crise de saúde, surgiu em abril de 2009 no México. Causou impactos econômicos, apesar de sua transmissão ter sido inferior ao novo coronavírus, custando cerca de 85 bilhões de reais para a economia. Em ambos os casos, o papel do governo foi fundamental nas iniciativas para diminuição dos impactos causados, buscando proteger a produtividade de maneira geral, bem como minimizar a disseminação (Nassif, 2020).

A crise econômica causada pelo coronavírus teve grande impacto econômico no Brasil, principalmente para as Micro e Pequenas Empresas (MPEs), provocando o fechamento de muitas delas. As projeções para economia brasileira em 2020 apontavam uma retração do PIB em até 4,66% de acordo com o Relatório de Mercado Focus (2020). Além disso, um levantamento realizado pelo Serasa Experian (2020) mostrou que desde março até setembro de 2020 foi decretada a falência de 418 empresas, sendo 313 MPEs, correspondendo a 75% do total. Em relação a pedidos de recuperações judiciais, de março a setembro foram deferidos 780 pedidos, sendo 501 de MPEs.

A pesquisa publicada em maio realizada pela empresa de consultoria Falconi (2020) indica que a taxa de desemprego foi elevada de 11,6% para 23,8%, deixando 12 milhões de pessoas desempregadas no país. Adicionalmente, ocorreu o fechamento de 600 mil pequenas empresas desde o início da pandemia, 71% dos executivos envolvidos demonstraram preocupação quanto à recuperação da economia e 44% demonstraram preocupação em relação à sobrevivência do negócio.

2.3 Medidas emergenciais decretadas

Com o início dos surtos de coronavírus, governos em todo o mundo adotaram ações de emergência de modo a garantir o distanciamento social para conter a propagação da doença. Entre as medidas criadas estão o distanciamento social, programas de conscientização pública, políticas de teste, quarentena e pacotes de apoio à renda, que podem resultar em retornos positivos no mercado (Ashraf, 2020).

No Brasil, a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, apresenta as medidas que puderam ser utilizadas no momento de emergência na saúde pública, para garantir um menor impacto na economia do país. A mesma possui caráter especial e transitório com vigência durante a situação emergencial. Dessa forma, optou-se como principal medida a quarentena que, de acordo com o Decreto Estadual n. 506, de 12 de março de 2020, Art. 2º, “§ 1º II - é a restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes (...) com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus” (Santa Catarina, 2020a).

No âmbito do estado de Santa Catarina, o Decreto n. 515, de 17 e março de 2020, Art. 2º, parágrafo II, descreve que ficam suspensas “as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, restaurantes e comércio em geral” (Santa Catarina, 2020b). O mesmo foi prorrogado até o dia 13 de abril de 2020.

Dentre as ações dispostas no Brasil, destacaram-se a prorrogação de vencimento dos tributos federais, estaduais e municipais relativos ao Simples Nacional, bem como as obrigações principais e obrigações acessórias de outros tributos federais, como por exemplo a contribuição previdenciária (Sebrae, 2020a).

No que se referem às medidas trabalhistas que foram autorizadas aos empregadores, estão inclusas o auxílio do governo para pagar o salário de MPEs, antecipação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a facilidade ao teletrabalho, a antecipação de férias, a

decretação de férias coletivas, o banco de horas, a antecipação de feriados e a suspensão do contrato de trabalho. Todas deveriam seguir as devidas regras estabelecidas e estarem válidas enquanto durar o estado de calamidade pública e a prorrogação dos decretos (Sebrae, 2020a).

Em relação aos bancos, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) passou a possibilitar a prorrogação de dívidas de seus clientes de pessoas físicas e MPEs por um prazo de 60 dias, exceto por cartão de crédito e cheque especial. Além disso, ocorreu a criação de linhas de créditos a pequenas empresas para custeio da folha de pagamento dos funcionários por dois meses, porém o empregador não poderá demitir o funcionário sem justa causa no prazo de 60 dias após o pagamento da última parcela. (Sebrae, 2020b).

De modo geral essas ações geraram incerteza quanto à eficácia e ao impacto. O isolamento social, por exemplo, embora tenha sido eficaz na redução de novas infecções, aumentou também o distanciamento econômico, prejudicou empregos e geração de renda de milhões de pessoas.

2.4 Dificuldades e adaptações em meio a pandemia

Durante a pandemia muitas modificações ocorreram no padrão de consumo, fazendo com que as empresas tomassem medidas para se adaptarem de forma estratégica a essas mudanças, levando em conta a importância de manter a operação mínima dos negócios. A preocupação era ainda maior porque se tratava de uma economia fragilizada em um país emergente, com empresas suscetíveis às oscilações de mercado (Nassif, 2020). De acordo com Amin (2020), a crise aumentou a taxa de mortalidade dos pequenos negócios. Quando essas empresas foram afetadas, a economia foi afetada como um todo.

A crise de saúde pública alterou o funcionamento de 31% das empresas no Brasil e interrompeu temporariamente as atividades de outras 58,9%. Uma amostra de pequenos negócios mostrou que aproximadamente 148 mil pessoas perderam seus empregos desde o começo do isolamento social no estado de Santa Catarina, iniciado em 18 de março de 2020 (Sebrae, 2020a).

Dentre os segmentos que mais sofreram impacto com a pandemia se destacam a educação, turismo, economia criativa, moda e beleza. O comércio eletrônico foi utilizado para suprir as necessidades dos consumidores, trazendo crescimento às pequenas empresas desse setor (Nassif, 2020). Conforme pesquisa realizada com 20 setores básicos, 60% das atividades econômicas sofreram impactos econômicos negativos e 40% um possível impacto positivo com a pandemia (Aveni, 2020).

A forma de atuar dos pequenos empreendedores evoluiu. Entre as empresas que continuaram funcionando, 41,9% estavam realizando atendimento apenas online, 41% estavam trabalhando com horário reduzido e 21,6% realizando trabalho remoto. A pesquisa mostra também que antes do novo coronavírus a situação financeira de 73,4% das empresas já não estava boa (Sebrae, 2020c).

A agressividade da expansão fiscal em combate a pandemia aumentou ainda mais a dívida pública, reduzindo a taxa de poupança nacional (Jordà, Singh & Taylor, 2020). O declínio econômico causou efeito adverso à saúde, já que reduziu a circulação de dinheiro, e com isso, as receitas tributárias, foram importantes para controlar a pandemia, além de declínio da renda populacional, esgotando as reservas financeiras das empresas, e em consequência, o fechamento das portas. Era difícil analisar quais seriam os danos econômicos, pois não se sabia por quanto tempo perdurará as restrições estabelecidas. Poderia ocorrer uma onda ou uma série de pandemias, podendo durar meses ou até anos (Lemos, Almeida Filho & Firmo, 2020).

Mesmo com vários pontos negativos, essa circunstância também poderia colaborar com uma possível evolução tecnológica, ao considerar que muitas empresas passaram a aderir ao *home office* como método de continuarem com seus serviços em meio à crise vivenciada.

Mesmo após a pandemia, a nova modalidade continuou em alguma proporção no país, já que as MPEs começaram a familiarizar-se com ela, observando diversas vantagens, como maior alcance de clientes e corte de custos com gastos cotidianos do funcionário dentro do local de serviço (Carmo, 2020).

O teletrabalho já era praticado em algumas empresas e atingiu muitos trabalhadores com a pandemia. Sua intensificação veio acompanhada de muitos desafios, mas certamente sendo úteis para o futuro e ocupando atualmente um papel muito mais relevante do que anteriormente. Os gestores devem adaptar-se às novas rotinas e evoluir com o período vivenciado (Losekann & Mourão, 2020).

A internet tornou-se a única alternativa para alguns negócios interagirem com os clientes. A previsão para crescimento do *e-commerce* era de dobrar em 5 anos. Entretanto, com a pandemia, o prazo de crescimento reduziu para 12 meses. Os hábitos de consumo foram alterados e continuaram assim após a pandemia (Stangherlin, João & Oliveira, 2020). Para Aveni (2020), as estratégias empresariais internas deveriam ser revisadas para que houvesse a continuidade dos negócios considerando os riscos existentes, com a criação de planos de vida, rotinas de controles e exercícios de planejamento estratégico.

Adicionalmente, a contabilidade se mostrou essencial para identificar problemas e auxiliar na definição de estratégias para resolvê-los, além de garantir maior estabilidade do mercado (Mendes, 2020). Segundo Moreira, Encarnação, Bispo, Angotti e Colauto (2013), há uma complexidade na avaliação e resolução dos problemas cotidianos das empresas, principalmente nos pequenos negócios, em que a falta de informação traz maior risco perante a concorrência e inibe melhores resultados. Apesar disso, a pesquisa realizada com 146 gestores mostrou que 64,4% confiam na própria experiência para a tomada de decisão no dia a dia, enquanto 32,4% se preocupam com a obtenção de informações sobre o mercado como forma de estratégia diante a concorrência, e 22,6% utilizam os relatórios contábeis no processo decisório.

3 Metodologia

Para verificar a reação das empresas da Região Metropolitana de Florianópolis diante da situação econômica provocada pelo novo coronavírus, a pesquisa utilizou uma abordagem quantitativa aplicando uma análise descritiva e de frequência, com o emprego de coleta de dados por meio da aplicação de um questionário com gestores das empresas. Foram formuladas 31 questões com base na pesquisa realizada pelo Sebrae (2020) sobre as ações que as Micro e Pequenas empresas tomaram com o surgimento da pandemia.

Quanto à finalidade, a pesquisa é caracterizada como descritiva por expor as dificuldades e adaptações das empresas participantes. O questionário foi encaminhado para gestores de 150 empresas de uma carteira de clientes de um escritório de contabilidade, atingindo 48 respostas no período de 29 de julho a 15 de outubro de 2020. Dentre elas, 5 foram excluídas por se tratar de empresas de médio porte, não sendo o foco da pesquisa. Sendo assim, restaram 43 respostas a serem utilizadas na análise.

As questões foram formuladas de acordo com a necessidade de se obter informações relevantes para a pesquisa se tratando de dados econômicos das empresas participantes, referindo-se aos seguintes assuntos: caracterização da empresa (tipo, ramo de atividade, setor e local), para identificar se a mesma se enquadra nas características necessárias para a pesquisa; percentual de redução do lucro e fatores determinantes, a fim de verificar o impacto da pandemia em termos financeiros da empresa, apresentando as principais causas de alteração nos valores; suspensão das atividades e medidas decretadas adotadas, constatando se a empresa utilizou os benefícios concedidos pelo governo através dos decretos publicados, bem como se teve a necessidade de interromper a atividade por determinado período; serviço

remoto, observando se o mesmo foi ou será utilização, bem como as dificuldades encontradas; orientações utilizadas no momento da crise, para identificar se a empresa buscou soluções através de consultorias; áreas que necessitam de aperfeiçoamento com o atual cenário; e dificuldade em obter insumos, aumento de despesas e financiamentos, buscando compreender os principais motivos de variações financeiras das empresas.

4 Resultados

4.1 Apresentação dos Resultados

A pesquisa utilizou a resposta de 43 empresas, sendo 16 Microempresas (ME) e 27 Empresas de Pequeno Porte (EPP). Quanto aos setores de atividade, 58% são de serviço, 23% comerciais e 19% industriais. A maior quantidade de empresas participantes é da cidade de Florianópolis (45%). Conforme já mencionado, nas medidas emergenciais foi decretada a suspensão das atividades e dos serviços privados não essenciais até o dia 13 de abril de 2020 para garantir o isolamento social no início da pandemia. A Tabela 2 apresenta o tempo de suspensão das atividades das empresas da pesquisa.

Tabela 2 - Tempo de suspensão das atividades

Suspensão das atividades	Quantidade
1 semana	3
2 semanas	13
3 semanas	4
1 mês	4
2 meses	3
3 meses	2
Mais de 3 meses	0
Não precisou suspender	14

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar da determinação do Decreto n. 515, dentre as empresas participantes, 14 não suspenderam as atividades, enquanto 13 suspenderam por apenas duas semanas. Isso pode ser justificado pela flexibilidade da atividade empresarial ser realizada em outra modalidade que não a presencial.

Com a crise do novo coronavírus, 20 das empresas selecionadas foram afetadas apenas negativamente, enquanto apenas 4 foram afetadas positivamente, ou seja, apesar das dificuldades, conseguiram se beneficiar de alguma forma.

Em relação aos percentuais do quanto as empresas foram afetadas com a pandemia, foram distribuídos conforme a Tabela 3, mostrando o percentual de afetação, redução no lucro e queda de faturamento.

Tabela 3 - Afetação com a pandemia, redução do lucro e queda no faturamento

Faixa percentual	A empresa foi afetada negativamente com a pandemia?	Redução no lucro	Queda no faturamento
Não foi afetada	7	9	6
Até 20%	13	10	10
21% a 40%	6	7	6
41% a 60%	8	5	1
61% a 80%	2	2	7
81% a 100%	7	10	13

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as empresas afetadas negativamente, 13 foram até 20% e as demais se distribuem entre os outros percentuais. Na queda de faturamento e lucro, apenas 9 e 6 empresas, respectivamente, não obtiveram queda. É importante observar que 10 empresas tiveram queda entre 81% e 100%, sendo relevante para a continuidade. Dentre elas, 9 são de serviço, e apenas um comércio.

O motivo da redução de lucro deu-se principalmente pela perda de clientes, redução do volume de vendas e aumento dos custos, conforme informado pelos respondentes e apresentado na Figura 1.

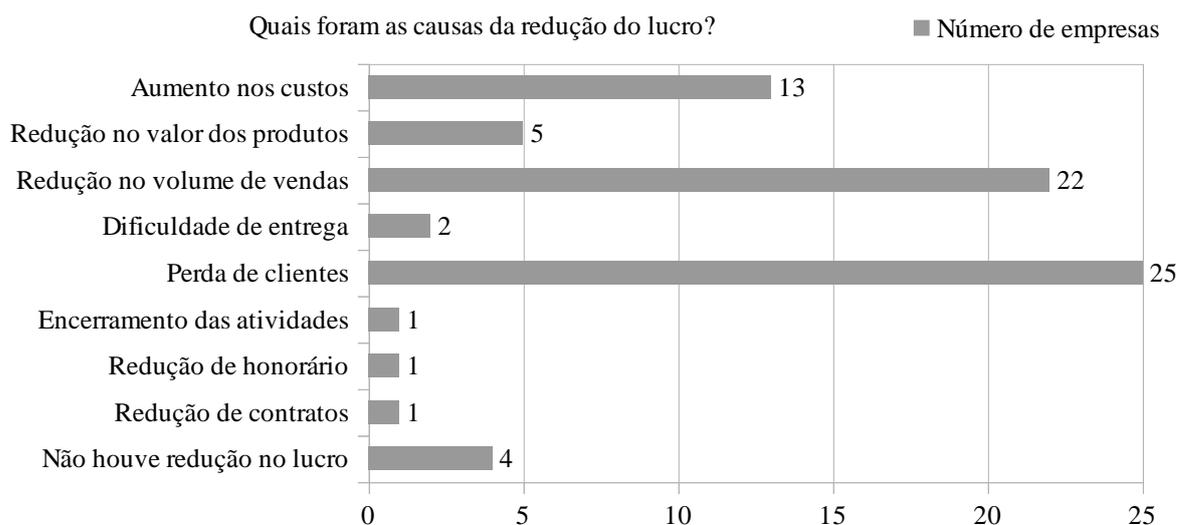


Figura 1 - Causas de redução no lucro das MPEs

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se na Figura 1 que apenas 4 empresas informaram que não houve redução no lucro, enquanto 9 empresas indicaram isso na questão anterior, trazendo divergência entre os resultados. Subentende-se que apesar de não ter ocorrido redução, estas passaram por alguma das dificuldades explanadas.

Dentre as dificuldades enfrentadas, 15 empresas assinalaram a despesa com custo da mercadoria como principal aumento, sendo que 12 empresas contiveram média dificuldade para obter insumos, enquanto 3 possuíram muita dificuldade. Relacionado a entregas de mercadorias, 5 empresas possuíram aumento da despesa e 4 com transporte dos funcionários, levando em consideração a paralisação do transporte público de acordo com decreto publicado. A Figura 2 demonstra os motivos para o aumento das despesas ocorrido nas empresas.

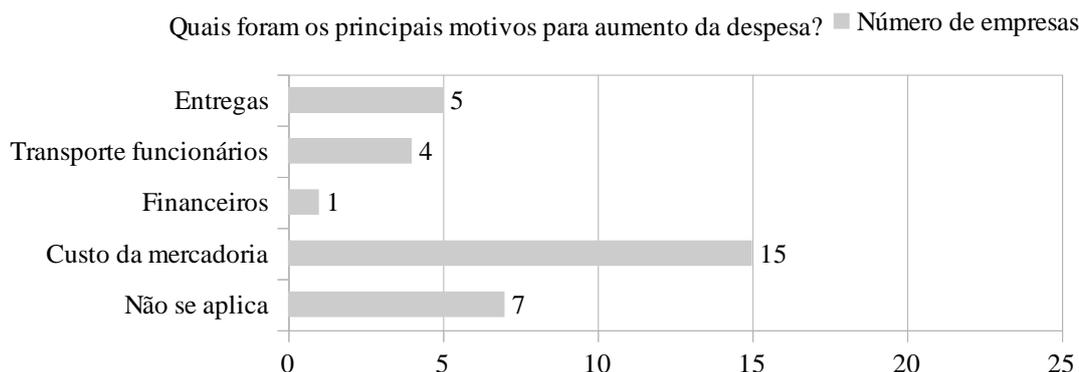


Figura 2 - Aumento das despesas nas MPes

Fonte: Dados da pesquisa.

Os participantes descreveram aumentos que ocorreram e não estavam contidos nas opções disponibilizadas. Foram destacados: perda de faturamento para honrar com compromissos financeiros, pagamento de plataforma digital para realização de cursos, despesa com pessoal, fornecedores, energia elétrica, água e esgoto, redução nas vendas, aluguel de loja e prestação de produtos comprados a prazo. Em relação aos financiamentos, apenas 3 empresas tiveram aumento do mesmo, possuindo dificuldade na obtenção, enquanto 29 não possuíram nenhuma dificuldade para obter.

Sobre as medidas decretadas, a Figura 3 exhibe as respostas. Assim como destacado anteriormente, apenas 9 empresas não utilizaram nenhuma delas. As principais, conforme as respostas, foram antecipação de férias, redução da carga horária dos funcionários, atraso de impostos e suspensão do recolhimento do FGTS.

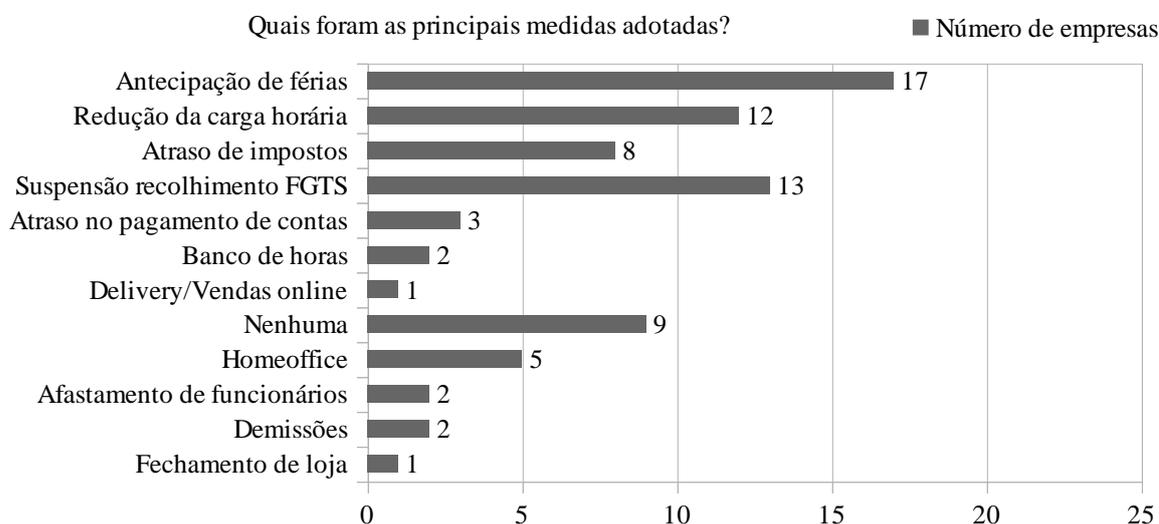


Figura 3 - Medidas emergenciais adotadas pelas MPes

Fonte: Dados da pesquisa.

Além destas, as empresas também optaram em grande parte por linhas de crédito, prorrogação do vencimento de tributos (19), desoneração da folha de pagamento (11), redução das taxas de juros (6) e prorrogação das declarações obrigatórias (5). Apenas 2 empresas realizaram a suspensão de financiamentos.

Das empresas participantes, 19 não realizaram nenhuma busca por orientação, enquanto outras 19 tiveram assessoria contábil e 9 tiveram assessoria jurídica. Apesar de muitas não terem procurado, 82% dos negócios consideraram que as orientações possuem

muita importância, 9% são indiferentes e outros 9% pouca importância. Com a situação atípica, seria esperado uma busca por orientações contábeis e jurídicas por parte das empresas, principalmente pelos desafios enfrentados, para que assim possa ser identificado os problemas existentes e auxiliar nas estratégias para resolvê-los, conforme citado por Mendes (2020).

Além disso, nos pequenos negócios a falta de informação pode impedir melhores resultados, o que aumentaria o risco diante da concorrência. Conforme os resultados da pesquisa referente a importância da obtenção de informação contábil por Moreira et al. (2013), o percentual de gestores que se preocupam com a utilização das informações contábeis para desenvolver estratégias de mercado ou que utilizam os relatórios disponibilizados não chega a 50%.

Outro ponto importante a ser observado é a permanência das empresas no mercado se a pandemia persistir. De acordo com o questionário, apenas uma empresa não conseguirá se manter por razão da crise que se instalou. Em grande maioria, correspondendo a 86% das empresas analisadas, conseguirá se manter por mais de 6 meses se a pandemia perdurar e 9% conseguirão de 3 a 6 meses.

Apesar dos novos desafios, antes mesmo da pandemia ocorrer muitas empresas já possuíam dificuldade em algumas áreas no negócio, com apenas 2 empresas respondendo que não possuíam nenhuma dificuldade. A Figura 4 apresenta as áreas que foram assinaladas como aquelas que necessitam de aperfeiçoamento.

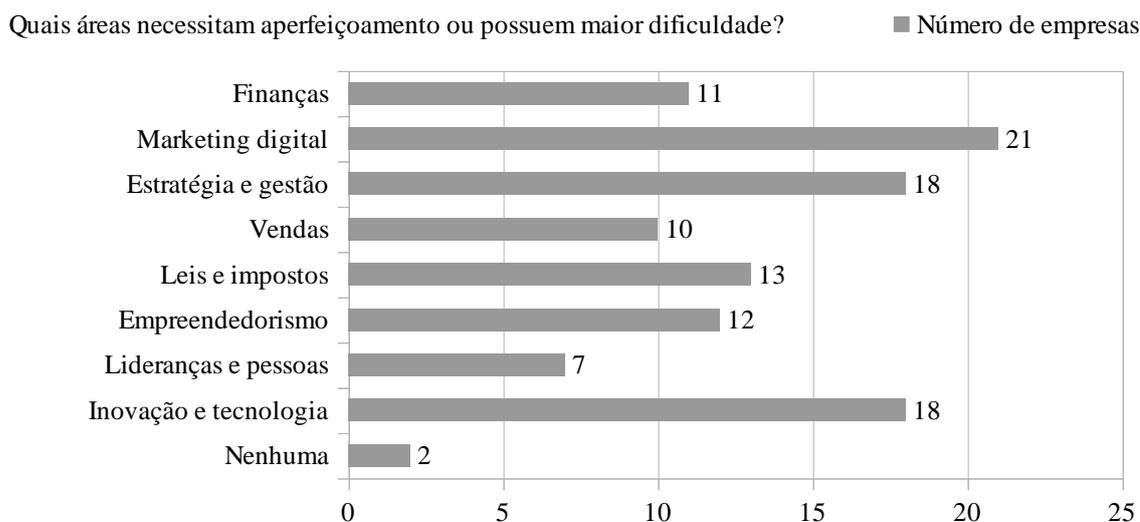


Figura 4 - Áreas com maiores dificuldades

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se o marketing digital como principal ponto a ser aperfeiçoado. Ele seria de grande ajuda nesse momento de crise, em que as pessoas estão cada vez mais conectadas. No que concerne a visão sobre o tempo de recuperação da economia, 24 empresas acreditam que levará entre 1 e 2 anos para que haja a recuperação, 10 acreditam que levará mais de 2 anos, 7 de 6 a 12 meses e apenas 2 de 3 a 6 meses.

Acerca do serviço remoto após o início da pandemia, a Tabela 4 apresenta os resultados variados. Verifica-se que 35% das empresas não adotaram a modalidade remota com o início da crise, enquanto 23% utilizaram em baixo percentual, e 14% realizaram de 81% a 100% a modalidade remota, sendo elas se serviço.

Tabela 4 - Realização da modalidade remota

Percentuais	Realização da modalidade remota
Não foi realizada	15
Até 20%	10
21% a 40%	4
41% a 60%	7
61% a 80%	3
81% a 100%	6

Fonte: Dados da pesquisa.

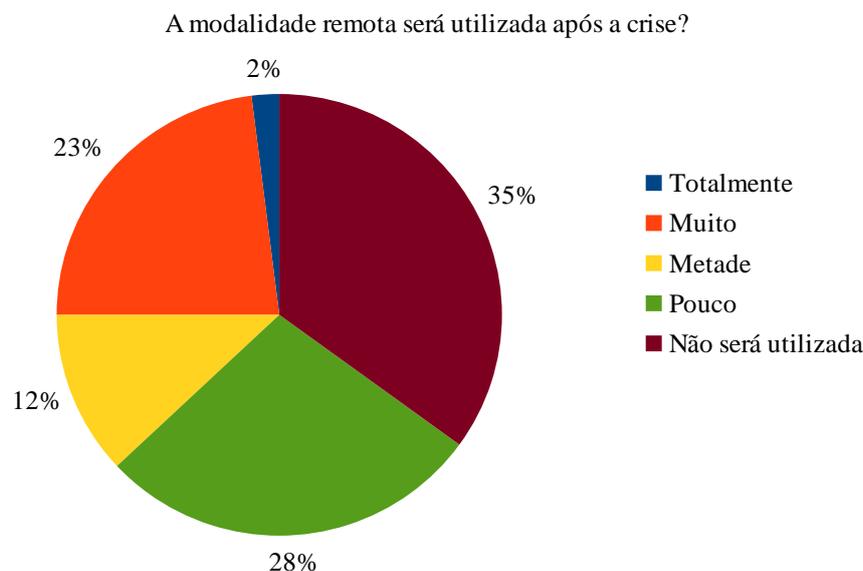
As dificuldades para realização das atividades nessa modalidade foram definidas em uma escala de 0 a 5, sendo 0 para nenhuma dificuldade e 5 para muita dificuldade. Das empresas, 16 não tiveram dificuldades ou não utilizaram, 23 empresas tiveram dificuldade entre 2 e 4 na escala, e 4 tiveram grande dificuldade.

Dentre os obstáculos, o principal foi a falta de estrutura logística, seguido pela falta de sistema com tecnologia adequada e falta de conhecimento nessa modalidade. Apesar de ocorrerem dificuldades, 18 empresas não obtiveram nenhuma.

Entre as empresas que estão utilizando a modalidade remota, 49% já possuíam esse método de serviço na empresa antes mesmo da pandemia. Referente a investimento em tecnologia para aplicação desse método, 60% não necessitaram gastar nenhum valor, enquanto 21% gastaram até R\$ 500,00, 12% de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 e 7% de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00.

Losekann e Mourão (2020) destacaram que algumas empresas passaram a utilizar a atividade remota com maior intensificação, enfrentando também alguns desafios. Ainda, dizem que poderá haver uma adaptação dos gestores através do período vivenciado. Segundo Carmo (2020), a nova modalidade tende a continuar em alguma proporção no país, já que as MPEs começaram a familiarizar-se com ela. E, de acordo com os resultados da pesquisa, as referências anteriores adquirem maior reforço.

Ao considerar o período pós pandemia, 23% alegaram que pretendem continuar usando muito o serviço remoto e 2% acreditam que utilizarão totalmente. A Figura 5 mostra as respostas.

**Figura 5** - Utilização da modalidade remota após a crise

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, nota-se que muitas empresas que antes não aderiram a essa prática, agora planejam utilizá-la no futuro da empresa. Mas, ainda sim, 35% não pretendem utilizar o serviço remoto após a crise, mesmo com o crescimento do *e-commerce* e com a alteração dos hábitos de consumo (Stangherlin et al., 2020).

4.2 Discussão de Resultados

O surgimento da crise de saúde pública provocada pelo novo coronavírus afetou negativamente quase a metade das empresas da pesquisa. De fato, isso já era de se esperar, uma vez que a capacidade de sobrevivência das MPEs é menor que a das médias e grandes empresas (Santos, 2020). Os resultados encontrados nesta pesquisa mostram que, de maneira geral as MPEs foram afetadas com queda no faturamento e redução do lucro.

Ademais, os pequenos negócios sofrem com alta carga tributária e dificuldades de acesso ao crédito e, muitas vezes, são administrados por pessoas que não possuem conhecimento técnico e gerencial, o que pode provocar ausência de busca pela modernização e falta de planejamento, sendo esses fatores influenciáveis no tempo de sobrevivência das empresas em momentos de crise (Jacomete, 2018). Isso reflete nas principais ações realizadas que foram a antecipação de férias e também a suspensão do pagamento do FGTS, além da redução da carga horária de trabalho à partir da intervenção do governo.

Ao mesmo tempo em que sofrem com a perda de clientes, redução do faturamento e elevação das despesas, as MPEs tiveram auxílios governamentais ampliados. Das empresas analisadas, apenas 9 não utilizaram nenhuma medida disponibilizada pelo governo, enquanto as demais utilizaram diversas das medidas como forma de ajudar na continuidade das atividades. Cabe destacar que as ações emergenciais de governos de todo o mundo podem acarretar retornos positivos para o mercado, apesar de serem incertas quanto à real eficácia e impacto (Ashiraf, 2020).

Apesar da repentina pandemia, esperava-se uma busca maior por orientações contábeis (19 MPEs) e jurídicas por parte das empresas (9MPEs), para que melhor e mais tempestivamente fossem adotadas estratégias para melhoria e preservação da saúde financeira, bem como sobrevivência das empresas (Mendes, 2020). Ademais, nos pequenos negócios a falta de informação pode impelir melhores resultados, o que pode aumentar o risco diante da concorrência.

As empresas necessitaram tomar medidas para se adaptarem as mudanças ocorridas e manter as operações no negócio (Nassif, 2020; Losekann & Mourão, 2020; Aveni, 2020). O funcionamento de muitas empresas foi alterado, inclusive com o rompimento temporário das atividades, causando também muito desemprego (Sebrae, 2020a). Pesquisas mostram que muitas empresas adotaram o trabalho remoto (Sebrae, 2020b), tendendo a continuar em alguma proporção no país (Carmo, 2020). Entretanto, os resultados mostram que grande parte das empresas não precisaram suspender as atividades, ou suspenderam apenas por um curto período de tempo. Se tratando da modalidade remota de trabalho, poucas aderiram ao mesmo. Entretanto, grande parte pretende implementar esta modalidade futuramente.

5 Considerações Finais

O presente estudo verificou como as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) da Região Metropolitana de Florianópolis estão reagindo à situação provocada pelo novo coronavírus. Dado o exposto, salientou-se que as MPEs são parte fundamental da economia do Brasil e foram afetadas com redução no lucro e aumento dos custos.

Como forma de reagir aos impactos, as medidas emergenciais disponibilizadas pelo governo foram bastante utilizadas, principalmente se tratando da antecipação de férias, redução da carga horária dos funcionários, atraso de impostos e suspensão do recolhimento do

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Mesmo com todos os esforços por parte do governo e dos empresários, muitos dos gestores participantes da pesquisa acreditam que a recuperação da economia ocorrerá de forma lenta.

Com relação ao serviço remoto, estudos anteriores já demonstravam que poderia haver um aumento da utilização do mesmo no futuro devido à necessidade causada pela crise (Stangherlin et al., 2020; Losekann & Mourão, 2020; Carmo, 2020). Os resultados da pesquisa foram condizentes com essa tendência, já que 23% das empresas afirmaram continuar com esse tipo de modalidade.

A evolução tecnológica pode ser importante no desenvolvimento das empresas, podendo colaborar com seu crescimento de mercado. De acordo com a pesquisa, poucas empresas estavam preparadas tecnologicamente para lidar com o repentino isolamento social, tornando a adaptação lenta e difícil, que, conseqüentemente, afetou nos resultados como um todo. Sendo assim, quanto antes as empresas se adequarem a essa nova modalidade, maiores poderão ser suas chances de redução de custos e aumento de vantagens do mercado virtual ante a concorrência.

Dessa forma, a pandemia acarretou muitas dificuldades, tanto para as pessoas, quanto para as empresas. Em alguns setores, de maneira mais grave e em outros, podendo trazer benefícios aos negócios se a empresa conseguir se adaptar às novas mudanças de maneira ágil.

Para realização do presente estudo, houve limitações quanto à quantidade de coleta de dados com o envio do questionário, por terem sido encaminhados de forma online, não possibilitando um maior contato com os gestores a fim de conseguir mais informações em relação à empresa, bem como transmitir confiança para alcançar uma quantidade maior de respondentes. Outra limitação encontrada foi a escassez de estudos referentes ao tema abordado sobre os efeitos da pandemia nas empresas, por se tratar de um tema novo e ainda pouco conhecido.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a verificação de como as empresas de outras regiões reagiram à pandemia do novo coronavírus, bem como analisar com o passar do tempo a recuperação das mesmas e da economia de maneira geral.

Referências

- Amin, V. (2020). Pesquisadores estudam os impactos da crise atual nos pequenos negócios. *Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*. Disponível em: [Pesquisadores estudam impactos da crise atual nos pequenos negócios – UFMS](#).
- Ashraf, B. N. (2020). Economic impact of government intervention during the COVID-19 pandemic: Internacional evidence from financial markets. *Journal Of Behavioral And Experimental Finance*, 27, 1-9. doi.org/10.1016/j.jbef.2020.100371
- Aveni, A. (2020). Estratégias Atuais e Futuras Para Empresas e Profissionais na Economia da COVID-19. *Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social*, 2(3), 1-19. Recuperado de <http://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/194/213>.
- Banco Central do Brasil, Bacen (2020). Focus - Relatório de Mercado. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20201120.pdf>.
- Brasil. (2020a). *Medida Provisória nº 958, de 24 de Abril de 2020*. Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da

pandemia de coronavírus (covid-19). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv958.htm.

Brasil. (2020b). *Decreto n. 10.470, de 24 de Agosto de 2020*. Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10470.htm.

Carmo, K. (2020). A vez do home office. *Administrador Profissional*, 43(393), 20-27.

Falconi. (2020). *Efeitos, ações e perspectivas das Microempresas no cenário COVID-19*. 27 slides.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. (2020). *Florianópolis*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>.

Jacomete, B. O. (2018). *O papel das micro e pequenas empresas na economia brasileira*. 46 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Centro Universitário Municipal de Franca, Franca.

Jordà, Ò., Singh, S. R., & Taylor, A. M. (2020). Longer-run economic consequences of pandemics. *National Bureau Of Economic Research*, 1(1), 1-19. Recuperado de https://www.nber.org/system/files/working_papers/w26934/w26934.pdf.

Lemos, P., Almeida Filho, N., & Firmo, J. (2020). COVID-19, desastre do sistema de saúde no presente e tragédia da economia em um futuro bem próximo. *Brazilian Journal Of Implantology And Health Sciences*, 2(4), 39-50. doi.org/10.36557/2674-8169.2020v2n4p39-50

Losekann, R. G. C. B., & Mourão, H. C. (2020). Desafios do teletrabalho na pandemia COVID-19: quando o home vira office. *Caderno de Administração*, 28, 71-75. doi.org/10.4025/cadadm.v28iEdição E.53637

Medici, A. C. (2020). *Efeitos das pandemias na economia: da gripe espanhola ao Covid-19*. Sincovaga. Recuperado de https://www.sincovaga.com.br/efeitos-das-pandemias-na-economia-da-gripe-espanhola-ao-covid-19/#_ftn5.

Ministério da Saúde. (2020). *Sobre a doença*. Recuperado de <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#como-se-proteger>

Mendes, S. D. (2020). *A importância da contabilidade como instrumento de gestão nas empresas: uma análise dos impactos do coronavírus nas micro e pequenas empresas da cidade de João Pessoa/PB*. 41 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18006/4/SDM08092020.pdf>.

Moreira, R. L., Encarnação, L. V., Bispo, O. N. A., Angotti, M., & Colauto, R. D. (2013). A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e

pequenas empresas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 10(19), 119-140.
doi.org/10.5007/2175-8069.2013v10n19p119

Nassif, V. M. J., Corrêa, V. C., & Rossetto, D. E. (2020). Estão os empreendedores e as pequenas empresas preparadas para as adversidades contextuais? Uma reflexão à luz da pandemia do COVID-19. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 9(2), 1-12. doi.org/10.14211/regepe.v9i2.1880

Nayak, Madhurima K.; Belle, Vijetha Shenoy; Nayak, Kashinath A. Pandemics those struck and those averted: How humanity survived!. *Muller Journal of Medical Sciences and Research*, v. 11, n. 2, p. 77-86, 2020.

Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF. (2020). *A cidade*. Recuperado de <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?cms=a+cidade&menu=5&submenid=571>

Santa Catarina. (2020a). *Decreto n. 506, de 12 de março 2020*. Recuperado de <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-506-2020-santa-catarina-dispoe-sobreas-medidas-para-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-deimportancia-internacional-decorrente-do-coronavirus-e-estabelece-outrasprovidencias>.

Santa Catarina. (2020b). *Decreto Nº 515, de 17 de março de 2020*. Recuperado de https://www.coronavirus.sc.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto_515_17_03_20.pdf.

Santos, J. A. A. (2020). Pandemia de coronavírus – dever de proteção e fomento das ME e EPP por intermédio das contratações públicas, *Zênite*, 1-11. Recuperado de https://www.zenite.blog.br/wp-content/uploads/2020/05/Pandemia_ME-EPP_FomentoProte%C3%A7%C3%A3o_Jos%C3%A9AnacletoAbduchSantos.pdf.

Serasa Experian. (2020). *Indicadores Econômicos*. Recuperado de <https://www.serasaexperian.com.br/amplie-seus-conhecimentos/indicadores-economicos>.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE. (2020a). Conheça as medidas do governo para diminuir os impactos do coronavírus. 2020. Recuperado de <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-as-medidas-do-governo-para-diminuir-o-impacto-do-coronavirus,eec7013d92e01710VgnVCM1000004c00210aRCRD>.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE. (2020b). Medidas oficiais para enfrentamento do COVID-19. 2020. Recuperado de <https://respostas.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/04/medidas-oficiais-x-covid-19-7.pdf>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE. (2020c). O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios. 2020. Recuperado de <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios,192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD>

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE. (2020d). *COVID-10 e o impacto econômico nos pequenos negócios de Minas Gerais*. Slides.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE. (2018). *Pequenos negócios em números*. Recuperado de <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>
- Stangherlin, A., João, D. M., & Oliveira, J. N. D. (2020). Os desafios enfrentados pelos pequenos empreendedores durante a pandemia da COVID - 19. *FAPERGS*, 1-8. 2020. Recuperado de <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-03-Os-desafios-enfrentados-pelos-empresarios-.pdf>.
- Tavares, A. C., & Mário, P. C. (2018). Fatores condicionantes à continuidade de MPE da cidade de Bom espacho/MG. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 11(3), 54-85. doi.org/10.19177/reen.v11e3201854-85